

Imobilismo dogmático

“O governo deve fazer o Brasil retornar ao clube dos países em desenvolvimento.” Por **Antonio Dias Leite**

O impasse econômico em que nos encontramos decorre essencialmente do imobilismo da equipe financeira do governo que conta, aparentemente, com plena aprovação do Presidente da República.

Para um observador preocupado com o desenvolvimento do país a ausência de iniciativas pode explicar-se por dois caminhos. O primeiro resultante da convicção inabalável nos méritos e na capacidade do “mercado”, de por si só, promover o desenvolvimento, e o segundo baseado na convicção fatalista de que o país não teria condições de superar um ritmo de crescimento medíocre. Mas não caberia, também, subestimar notórias dificuldades. São fortes as limitações à liberdade de ação do governo, algumas externas a ele e outras por ele mesmo criadas, através da camisa de força em que se meteu, especialmente ao inserir-se no quadro internacional com aceitação irrestrita dos dogmas do mundo desenvolvido, apesar de dele não fazermos parte.

Tudo isso não exige o governo da responsabilidade de, pelo menos, procurar saída do impasse e buscar um possível retorno ao clube dos países em desenvolvimento, do qual o Brasil participou durante trinta anos com destaque.

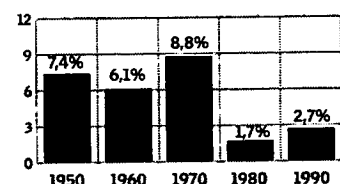
Diante do quadro de estagnação econômica que nos persegue não é aceitável que um governo, que empreendeu tantas reformas institucionais, não se tenha ocupado, após a vitória sobre a hiperinflação, em analisar, definir, e formular uma estratégia nacional de desenvolvimento.

Ao contrário, a equipe financeira optou, e o governo aceitou, como diretriz simplista, no campo econômico, o dogma da “meta de inflação” por ela arbitrada e mantida através de altas e oscilantes taxas de juros praticadas pelo Banco Central, instrumento-chave proveniente do período heróico dos ataques externos, e de superávit fiscal primário, destinado à cobertura do elevadíssimo encargo de juros no orçamento público.

Em plano secundário ficaram o grave déficit das transações correntes com o exterior e a consequente elevação continuada dos compromissos externos, bem como qualquer “veleidade”

Variação do PIB

Crescimento médio anual no Brasil



Fonte: IBGE

de retomada do crescimento econômico. Quanto ao primeiro sempre afirmou o Ministro da Fazenda que não haveria dificuldade em assegurar a entrada de capitais para cobertura do déficit, tese de mérito discutível, que agora esta sendo posta em dúvida, também na prática. Quanto ao segundo e para o mesmo ministro da Fazenda, são satisfatórios 4% e inviáveis crescimentos iguais ou superiores a 5%, não obstante 19 países em desenvolvimento, de variada estrutura, estejam sustentadamente ultrapassando esse limite. Mas, nem mesmo os famigerados 4% foram assegurados, a não ser no ano 2000, porque em 2001 já não serão atingidos, graças à nova limitação à retomada do crescimento, recém-criada pelo governo, com a desnecessária insu-

Não é aceitável que o governo não se tenha ocupado em formular uma estratégia nacional de desenvolvimento

ficiência de eletricidade.

A adoção da “meta de inflação” como objetivo nacional único, e o pavor de uma possível retomada da inflação, levaram a equipe financeira à obcecção de preservá-la a longo prazo, por via regulamentar, com a definição do valor a ser observado pelo próximo governo.

No entanto, o que se requer é uma transição para a saída da camisa de força que vestimos, tornando-se necessárias, para isso, tanto a redução da fragilidade externa quanto a criação de condições para a retomada do crescimento econômico, baseadas ambas no fortalecimento da tão desprezada estrutura da economia real do país.

Ideal teria sido não perder um ano, desde os indícios, de espontânea retomada do crescimento com inflação, sob controle, veri-

ficados no ano 2000. Mas a equipe financeira permaneceu inabalável. Repetiram-se turbulências externas e surgiram novas, como a da eletricidade, requerendo os deletérios altos e baixos da ação defensiva de curto prazo do Banco Central.

Aproxima-se agora a campanha eleitoral. Com ela vem o risco de que o discurso político simplifique a naturalmente complexa definição da Estratégia Nacional de longo prazo, que nos falta. E sobretudo o risco de que seja minimizada, no campo econômico, a terrível dificuldade da formulação de um conjunto coerente e abrangente de medidas concretas que propiciem a transição para o desenvolvimento sustentável, em ambiente externo predominantemente hostil.

Para que o governo, este ou o próximo, venha assumir o comando da transição é pré-requisito abandonar o dogma da respectiva “neutralidade face aos mercados”. O governo terá que interferir no processo econômico, não só removendo obstáculos como induzindo e apoiando iniciativas empresariais, notadamente no comércio exterior, na busca da competitividade.

É difícil imaginar-se que, no fim de mandato, venha o atual governo sair da defensiva e construir, com a grandeza que o Brasil merece, uma plataforma econômica e uma candidatura que obedeam a um duplo requisito. De um lado a defesa e a preservação do que de importante foi feito no campo das reformas modernizantes, da responsabilidade fiscal, e da recuperação da moeda nacional, que a maioria da população aprova. De outro lado, e simultaneamente, construindo um novo discurso, que a população também requer, e que enfatize o crescimento econômico possível, com os seus múltiplos efeitos, entre os quais o do equilíbrio fiscal sustentado. Indispensável seria ainda a conciliação desses requisitos com a manutenção do controle sobre possíveis surtos inflacionários e a redução da vulnerabilidade externa do país, que se deteriorou sobremodo.

Quem sabe se ainda pode surgir esta oportunidade?

Antonio Dias Leite, ex-ministro das Minas e Energia, é Professor Emérito da Universidade Federal do Rio de Janeiro.